

Demonstrações Financeiras Intermediárias

Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A – FOTE

31 de março de 2015

Com o relatório dos Auditores Independentes sobre a revisão das
Demonstrações Financeiras Intermediárias.

Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A – FOTE

Demonstrações Financeiras Intermediárias

31 de março de 2015

Índice

Relatório dos Auditores Independentes sobre a revisão das Demonstrações Financeiras Intermediárias	1
--	---

Demonstrações financeiras intermediárias revisadas

Balanço patrimonial	3
Demonstração do resultado	4
Demonstração do resultado abrangente	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstração do fluxo de caixa	7
Demonstração do valor adicionado	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	9

**Relatório dos auditores independentes
sobre a revisão das demonstrações financeiras intermediárias**

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A – FOTE
Florianópolis – SC

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias da Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A – FOTE (“Companhia”) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras intermediárias. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e *ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de demonstrações financeiras intermediárias, e apresentadas de forma condizente com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Sem ressaltar nossa revisão, conforme mencionado em Nota Explicativa 1 às demonstrações financeiras intermediárias, a Companhia necessitará de recursos financeiros dos seus acionistas e de terceiros em montantes significativos para a conclusão de seus projetos até que suas operações iniciem.

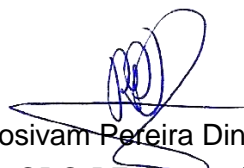
Outros assuntos

Informação suplementar - Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2015, elaboradas sob responsabilidade da administração, cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para as outorgadas do setor elétrico e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as demonstrações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Blumenau, 20 de abril de 2015.

Chronus Auditores Independentes S.S.
CRC-PE-000681/O F-SC



Rosivam Pereira Diniz
Contadora CRC-PE-014050/O-4 S-SC

Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A – FOTE

Balanço patrimonial

Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de reais)

	Nota	31/03/2015	31/12/2014
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4/16	1	1
Aplicações financeiras	4	5.199	13.894
Impostos a recuperar	5	87	72
Despesas antecipadas	17	26	26
Outros Ativos		-	55
		5.313	14.048
Ativo não circulante			
Ativo financeiro – Amortizável RAP	6/16	22.481	10.273
Ativo financeiro – Indenizável	6/16	9.041	5.147
Impostos a Recuperar	5	1.664	-
Outros	17	52	58
		33.238	15.478
Total do ativo		38.551	29.526
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante			
Fornecedores	8/16	5.434	255
Obrigações sociais e trabalhistas		9	7
Obrigações tributárias	9	796	98
Outras obrigações	10	1.484	473
		7.723	833
Passivo não circulante			
Tributos diferidos	11	122	30
		122	30
Patrimônio líquido			
Capital social integralizado	12	23.215	23.215
Recursos para aumento de capital		7.140	5.391
Reserva de lucros (prejuízos)		57	57
Lucros/Prejuízos acumulados do período		294	
Total do patrimônio líquido		30.706	28.663
Total do passivo e patrimônio líquido		38.551	29.526

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias.

Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A – FOTE

Demonstração do resultado

Período de três meses findo em 31 de março de 2015

(Em milhares de reais, exceto lucro/prejuízo por ação)

	Nota	01/01/2015 à 31/03/2015	01/01/2014 à 31/03/2014
Receita operacional líquida	13	16.102	187
(-) Custos de construção	14	(15.958)	(187)
Resultado bruto		144	-
Despesas administrativas	14	(97)	(137)
Resultado antes do resultado financeiro		47	(137)
Receitas financeiras	15	344	1
Despesas financeiras	15	(5)	-
Resultado antes dos impostos		386	(136)
IR e CS	11	(92)	46
Lucro/Prejuízo do período		294	(90)
Quantidade de ações		23.215.000	10.000
Lucro/Prejuízo do período por ação (em R\$)		0,0127	(9,77)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias.

Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A – FOTE
 Demonstração do resultado abrangente
 Período de três meses findo em 31 de março de 2015
 (Em milhares de reais)

	Nota	01/01/2015 à 31/03/2015	01/01/2014 à 31/03/2014
Lucro/Prejuízo do período		294	(90)
Outros resultados abrangentes		-	-
Lucro/Prejuízo do período		294	(90)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias.

Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A – FOTE

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Período de três meses findo em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Reserva De lucros	Recursos para futuro aumento de capital	Lucro/Prejuízos acumulados	Patrimônio Líquido Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013		10	-	-	(1)	10
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	910	-	910
Prejuízo do período		-	-	-	(90)	(90)
Saldos em 31 de março de 2014		10	-	910	(90)	829
Saldo em 31 de dezembro de 2014		23.215	57	5.391		28.663
Adiantamento para futuro aumento de capital				1.749		1.749
Resultado do período					294	294
Saldos em 31 de março de 2015	11	23.215	57	7.140	294	30.706

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias.

Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A – FOTE
 Demonstração dos fluxos de caixa
 Período de três meses findo em 31 de março de 2015
 (Em milhares de reais)

	31/03/2015	31/03/2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Itens do resultado que não afetam o caixa:		
Resultado do período	294	(90)
Tributos Diferidos	92	(46)
Receita com Ativo Financeiro	(144)	-
Ajustes de capital de giro:		
Redução/(aumento) dos impostos a recuperar	(1.679)	-
Redução/(aumento) de outros ativos	61	(104)
Aumento/ (redução) de Partes Relacionadas	2	7
Aumento/(redução) de fornecedores	5.179	117
Aumento/(redução) de obrigações tributárias	698	18
Aumento/(redução) de outros passivos	1.011	
Fluxo de caixa originado das atividades oper.	5.514	(98)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao ativo financeiro - concessão	(15.958)	(187)
Fluxo de caixa aplicados em atividades de invest.	(15.958)	(187)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Ingresso para futuro aumento de capital	1.749	910
Fluxo de caixa líquido em atividades de finan.	1.749	910
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(8.695)	625
Caixa, equivalentes e aplicações no início do período	13.895	10
Caixa, equivalentes e aplicações no fim do período	5.200	635
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(8.695)	625

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias.

Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A – FOTE
 Demonstrações do valor adicionado
 Período de três meses findo em 31 de março de 2015
 (Em milhares de reais)

	31/03/2015	31/03/2014
Receitas		
Receita com ativo financeiro	144	-
Receita de construção	15.958	187
	16.102	187
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais		1
Serviços de terceiros	71	115
Custos de construção	(15.958)	187
Outros	-	2
Valor adicionado bruto	73	(118)
Valor adicionado líquido	73	(118)
Receitas (despesas) financeiras, líquido	344	1
Valor adicionado total a distribuir	417	(117)
Distribuição do valor adicionado	417	(117)
Remuneração do trabalho	26	19
Impostos, taxas e contribuições	92	(46)
Remuneração do capital de terceiros	5	
Prejuízo do período	294	(90)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias.

1. Informações gerais

A Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A – FOTE (“FOTE” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 20 de dezembro de 2013 e está estabelecida na Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 999, Sala Y – Pantanal – 88040-901 – Florianópolis, SC.

A Companhia tem por objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1 Contrato de concessão

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 07/2014 - ANEEL, datado de 29 de janeiro de 2014, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos:

- SE 230/138 kV Santa Maria 3 – 2 x 83 MVA (novo pátio);
- SE 230/138 kV Pinhalzinho – 3 x 150 MVA.
- LT 230 kV Santo Ângelo – Maçambará, 205 km, C2;
- LT 230 kV Pinhalzinho - Foz do Chapecó, 40 km, C1;
- LT 230 kV Pinhalzinho - Foz do Chapecó, 40 km, C2;

O Contrato de Concessão exige a entrada em operação comercial em 48 meses da SE Pinhalzinho e LT Pinhalzinho C2 e 30 meses para as demais instalações, após a assinatura do contrato. Atualmente a Companhia encontra-se em fase de construção do empreendimento que por sua vez está em fase pré-operacional.

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em aproximadamente R\$16.286.000 (valor histórico), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP será corrigida anualmente pelo IPCA e será devida a partir do início da operação comercial. Neste ano a RAP foi corrigida para R\$17.274.105,85 líquida de PIS e COFINS.

O início da operação está prevista para ocorrer a partir de agosto de 2015 para a SE Santa Maria 3, e as demais de acordo com o cronograma estabelecido no Contrato de Concessão, estando em pleno funcionamento em 2016.

A Companhia ainda dependerá de quantias significativas em custo de organização, desenvolvimento e pré-operação para conclusão dos lotes e subestação, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras. A Companhia possui capital autorizado de R\$29.750.000, sendo que as subscrições e integralizações ocorrem por deliberação do Conselho de Administração.

A Licença de Instalação contemplando as atividades a serem desenvolvidas para essa operação junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), ainda não foi obtida em sua totalidade, apenas a SE 230/138 kV Santa Maria 3 – 2 x 83 MVA (novo pátio) e SE Maçambará detém a LI, sendo que as demais estão programadas para ocorrerem em 2015.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias estão definidas a seguir no tópico 3. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas com base em diversas avaliações utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras intermediárias. Itens significativos sujeitos à estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado; o imposto de renda e contribuição social diferidos; a provisão para contingências; a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros; e as estimativas para divulgação do quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras intermediárias devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações financeiras intermediárias para o período findo em 31 de março de 2015 foi autorizada pela diretoria executiva em 13 de abril de 2015.

3. Resumo das principais políticas contábeis

3.1 Transações em moedas estrangeiras

As demonstrações financeiras são mensuradas e estão apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia, devido ao ambiente econômico em que a FOTE atua e na qual são realizadas suas principais operações.

3.2 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalentes de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalentes de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente qualifica-se como equivalentes de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

Contas a receber – ativo financeiro

De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro, classificado como “recebíveis” e registrado ao valor justo.

As contas a receber - ativos financeiros incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (*impairment*). Os ativos são considerados irre recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

Baixa de ativos financeiros

A Companhia baixa seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia mantenha substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, esse ativo financeiro é mantido nas demonstrações contábeis e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebidos na transação.

3.3 Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

3.4 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

Provisões para litígios

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.5 Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia e suas controladas.

Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade.

Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e recebíveis, conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Fornecedores: incluem obrigações com fornecedores de materiais e serviços, adquiridos no curso normal dos negócios.

- Empréstimos, financiamentos e debêntures: são atualizados pela variação monetária, de acordo com os índices determinados em cada contrato, incorrida até a data do balanço em adição aos juros e demais encargos contratuais, os quais são registrados em despesas financeiras, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método de taxa de juros efetivos. Todos os outros custos com empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

3.6 Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.7 Tributação

Impostos sobre a receita de transmissão

As receitas de transmissão estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65% e 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00% e 7,6%;

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$240.000 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência.

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

Diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

3.8 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

3.9 Ajuste de valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das demonstrações contábeis a Companhia e suas controladas não possuíam ajustes a valor presente de montantes significativos.

3.10 Taxas regulamentares que serão devidas no momento da operação

Programas de Eficiência Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as transmissoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinarem, anualmente, em torno de 1,0% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. A Companhia possui registrado no passivo circulante e não circulante a rubrica provisão para pesquisa e desenvolvimento, na qual está registrado o valor destinado da receita, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica é equivalente a 0,4% da RAP.

3.11 Reconhecimento de receita

A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. As quantias cobradas por conta de terceiros - tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos da Companhia, portanto, não estão apresentadas na demonstração do resultado.

Receita de transmissão de Energia Elétrica

A FOTE reconhece a receita da prestação de serviços de transmissão em conformidade com a ICPC 01 (IFRIC 12).

O valor da receita pode ser mensurado com segurança, e os benefícios são atingidos para as atividades de transmissão de energia, uma vez que, na atividade de transmissão de energia, a receita prevista no contrato de concessão, a RAP, é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura pelos usuários do sistema.

As receitas no período pré-operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de desenvolvimento de infraestrutura
- Receitas de remuneração dos ativos da concessão

E no período operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de operação e manutenção
- Receitas de remuneração dos ativos da concessão

Receita de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.12 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Quando necessário, as estimativas basearam-se em pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adotara premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entenderam como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

i) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, correspondentes ao período da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Em 31 de março de 2015, a Companhia não identificou nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

ii) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis e de acordo com interpretações dos regulamentos e legislações vigentes. O julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

iii) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

iv) Provisão para litígios

A Companhia reconhece provisão para causas ambientais, fiscais, cíveis e trabalhistas, quando na opinião de seus assessores legais, a probabilidade de perda é provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

v) Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de desenvolvimento de infraestrutura, ampliação e reforços como ativo financeiro.

vi) Momento de reconhecimento do ativo financeiro

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão quando da prestação de serviço de desenvolvimento de infraestrutura relacionado com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação do desenvolvimento de infraestrutura não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento do desenvolvimento de infraestrutura, com contrapartida de ativo financeiro.

vii) Determinação da receita de remuneração do ativo financeiro e da taxa efetiva de juros

A receita de remuneração do ativo financeiro corresponde à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, sobre o valor do investimento. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento.

viii) Determinação das receitas de desenvolvimento de infraestrutura

A FOTE, abrangida pelo escopo do ICPC 01 (IFRIC 12), registram o desenvolvimento de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). Quando a concessionária presta serviços de desenvolvimento de infraestrutura, é reconhecida a receita de desenvolvimento de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de desenvolvimento de infraestrutura prestado. Na contabilização das receitas de desenvolvimento de infraestrutura a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de desenvolvimento de infraestrutura, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de desenvolvimento de infraestrutura mais determinadas despesas do período de desenvolvimento de infraestrutura. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de desenvolvimento de infraestrutura.

ix) Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato.

3.13 Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas de acordo com o CPC 09, e é aplicável somente para Companhias abertas e requerida pela ANEEL para concessionárias do setor elétrico nas demonstrações financeiras anuais. Entretanto, a Administração da Companhia optou por divulgar a DVA por como informação complementar.

4. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Caixa	1	1
Aplicações financeiras		
Banco do Brasil	-	
Barrisul	5.199	13.894
Total	<u>5.200</u>	<u>13.895</u>

O saldo de caixa refere-se a suprimento para pagamento de despesas eventuais.

O montante de R\$5.199 milhões refere-se essencialmente a aplicações financeiras de renda fixa (CDB) no Barrisul com rendimento de 100% CDI.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

5. Impostos a recuperar

Esta rubrica no valor de R\$87, no curto prazo, refere-se ao IRRF retido sobre os rendimentos das aplicações financeiras no Barrisul S/A.

No longo prazo o principal saldo se refere à R\$1.598 de ICMS creditado sobre as aquisições de máquinas e equipamentos para o empreendimento.

6. Ativo financeiro (concessão – amortizável e indenizável)

A Companhia possui o contrato 07/2014 de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, datado de 29 de janeiro de 2014, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Foi outorgada a Companhia a concessão para exploração do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos a contar da assinatura de cada um dos contratos. A Companhia reconheceu um recebível de concessão de serviço conforme o valor atual dos pagamentos mínimos anuais garantidos a serem recebidos do poder concedente.

A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o ativo financeiro e o de indenização reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, e é apurado comparando o retorno esperado com o valor do investimento.

Em 31 de março de 2015 a Companhia possui os seguintes valores contabilizados como contas a receber do poder concedente:

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Ativo Financeiro - Amortizável RAP	22.481	10.273

Fronteira Oestra Transmissora de Energia - Fote

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo Financeiro - Indenizável	9.041	5.147
Total	31.522	15.420

Ativo financeiro – Amortizável RAP

As concessões das linhas de transmissão de energia da Companhia são remuneradas pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica, da Rede Básica de Fronteira e das Demais Instalações de Transmissão, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão.

A prestação do serviço público de transmissão se dará mediante o pagamento à transmissora da Receita Anual Permitida - RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão.

Ativo financeiro – Indenizável

Conforme termo final do contrato de concessão, a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos do Tesouro Nacional. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas Concessões das linhas de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica.

Receita Anual Permitida - RAP

Em conformidade com o Contrato de Concessão nº 07/2014, assinado em 29 de janeiro de 2014 com a União, por intermédio da ANEEL, foi outorgada à Companhia a concessão do Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na implantação, manutenção e operação dos empreendimentos descritos na nota 1.

Após a data de assinatura desse contrato, a ANEEL procederá a revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP de transmissão de energia elétrica pela execução de reforços e ampliações nas instalações de transmissão.

Pela disponibilidade das instalações de transmissão para operação comercial, a Companhia tem direito, a receita anual permitida (RAP) no valor original de R\$ 16.286.000, resultante da sua proposta financeira, líquida de PIS e COFINS.

A Receita Anual Permitida - RAP, é reajustada pelo IPCA, anualmente, conforme descrito na cláusula 6ª do Contrato de Concessão. De acordo com o CPC 37, ICPC-01 e OCPC-05, a receita a ser contabilizada no resultado da empresa não deverá ser mais a RAP, fornecida pelo Operador Nacional do Sistema, e sim as receitas com o Ativo Financeiro, de O&M e de Construção. A RAP continua representando o montante a ser recebido pela empresa, e agora servirá para amortização do Ativo Financeiro não indenizável.

7. Partes relacionadas

Em 31 de março de 2015, a remuneração do pessoal chave da administração contempla:

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Diretoria	5.772	5.772
Conselho Fiscal	1.200	1.200
Conselho de Administração	-	-
Encargos sobre remuneração das partes	1.670	1.670
Total	8.642	8.642

Não existem demais saldos ativos e passivos registradas nessas demonstrações financeiras intermediárias com Partes Relacionadas.

8. Fornecedores

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Materiais	5.330	-
Serviços	104	255
Total	5.534	255

9. Obrigações tributárias

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
ICMS	628	
IRRF	10	4
ISS Retido	58	13
Contribuições Sociais	100	81
Total	796	98

10. Outras obrigações

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Outras Obrigações	1.484	473
Total	1.484	473

Valores referentes a cheques a pagar, estes destinados a regularização fundiária das servidões de passagem das linhas de transmissão e benfeitorias agregadas.

11. Imposto de renda e contribuição social

Tributos diferidos passivos

Fronteira Oestra Transmissora de Energia - Fote

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A companhia registra imposto de renda e contribuição social, diferidos conforme segue:

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Imposto de Renda – IR (25%)	90	22
Contribuição Social – CS (9%)	32	8
Total	122	30

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u>
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	386	(136)
IR/CS pela alíquota fiscal nominal (34%)	92	46
Total	294	(90)
Corrente	-	-
Diferido	92	(46)
Total	92	(46)

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de março de 2015 o capital social autorizado é de R\$ 80.000.000 (Oitenta milhões de reais).

	<u>Quantidade de ações</u>	<u>% do Capital Social</u>
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	11.840	51
Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE/GT	11.375	49
Total	23.215	100

b) Recursos para aumento de capital

O saldo no montante de R\$7.140 está composto por valores recebidos dos acionistas como segue:

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	3.641	3.641
Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE/GT	3.499	3.499
Total	7.140	7.140

13. Receita operacional líquida

Fronteira Oestra Transmissora de Energia - Fote

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

Em 31 de março de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/03/2015	31/03/2014
Receita com Ativo Financeiro	104	-
Receita de Construção	15.958	187
Receita Operacional Líquida	16.102	187

14. Despesas por natureza

Despesa por função	31/03/2015	31/03/2014
(-) Custos de construção	(15.958)	-
Despesas administrativas	(97)	(137)
Total	(9.186)	(9.186.418)

Despesa por Natureza	31/03/2015	31/03/2015
Pessoal	(26)	(21)
Serviço de terceiros	(71)	(116)
Tributos		
Total	(97)	(137)

15. Resultado financeiro, líquido

	31/03/2015	31/03/2014
Receita sobre juros de aplicações financeiras	344	1
Outros	(5)	-
Total	339	1

16. Instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. Em 31 de março de 2015 a Companhia não possuía qualquer contrato que envolvesse operações com derivativos.

Ativos Financeiros	31/03/2015	31/12/2014
Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras	5.200	13.895
Ativo Financeiro - Amortizável RAP	22.481	10.273
Ativo Financeiro - Indenizável	9.041	5.147
Total	36.722	29.315
Passivos Financeiros		
Fornecedores	5.434	255
Total	5.434	255

A companhia está exposta a risco de mercado, de crédito e de liquidez. O conselho de administração é o responsável por supervisionar a gestão destes riscos.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: a) risco de taxa de juros; b) risco cambial; e c) risco de preço relativo às suas ações.

a) Risco de encargos financeiros/flutuação de taxa de câmbio

Esse risco advém da possibilidade da companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas. A companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

b) Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da concessão. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

Quanto a eventos provocados pela natureza, importa ressaltar, que a companhia encontra-se coberta com apólice de seguros para todos os efeitos.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela diretoria da companhia. A companhia monitora os valores depositados e a concentração em determinadas instituições e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Em relação a contas a receber de clientes a companhia não tem concentração de recebíveis de forma relevantes.

Risco de liquidez

A companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de avaliações regulares de sua administração. É notório que até a entrada de operação das linhas de transmissão e suas subestações, através de aportes financeiros e financiamentos com terceiros a operação da Companhia será mantida.

Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital da companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o período findo em 31 de março de 2015.

17. Cobertura de seguros

A Companhia mantém a cobertura de seguro garantia, levando em conta o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. Os seguros contratados pela Companhia em garantia de suas obrigações com terceiros são:

Apólice nº 024372014000107750000095. Seguro da modalidade garantia, emitido em favor da ANEEL, no valor de R\$ 11.100.000, com vigência a partir das 24h do dia 23 de janeiro de 2014 até às 24 hs do dia 03 de abril de 2018.

A Companhia mantém registrado como despesa antecipada no ativo circulante R\$26 e no ativo não circulante R\$52, referente ao seguro acima citado.

Não faz parte do escopo do trabalho de nossos auditores averiguar a razoabilidade da cobertura dos seguros contratados pela Companhia.

DIRETORIA EXECUTIVA

Wilton Braz Pereira
Diretor Administrativo Financeiro

Carlos Manuel Macedo de Matos
Diretor Técnico

RESPONSÁVEL TÉCNICO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Angela Maria Leite
Contadora CRC-SC 026253/O-7

* * * * *